

AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO

REUNIÃO DIRETORIA COLEGIADA (DIREC) - CBHSF

Data: 14 e 15/10/2021

Local: realizada em formato híbrido em Belo Horizonte/MG

Horário: 09h – 17h00min

Quadro resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória

Participantes:

Nome		Instituição
1.	Maciel Oliveira	Presidente do CBHSF
2.	Marcus Vinicius Polignano	Vice-presidente CBHSF
3.	Almacks Luís	Secretário CBHSF
4.	Altino Rodrigues	Coordenador CCR Alto SF
5.	Ednaldo Campos	Coordenador CCR Médio SF
6.	Cláudio Ademar	Coordenador CCR Submédio SF
7.	Anivaldo de Miranda Pinto	Coordenador CCR Baixo SF
CONVIDADOS /DEMAIS PARTICIPANTES		
8.	Célia Fróes	Agência Peixe Vivo
9.	Rúbia Mansur	Agência Peixe Vivo
10.	Thiago Campos	Agência Peixe Vivo
11.	Sâmela Ingrid Bitencourt	Agência Peixe Vivo
12.	Berenice Santos	Agência Peixe Vivo
13.	Victor Sucupira	Agência Peixe Vivo
14.	Luiza Baggio	Comunicação CBHSF

1. Abertura e verificação de quórum.

Após a verificação do quórum, o Sr. José Maciel, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), abre a reunião e realiza uma breve contextualização sobre os principais desafios da gestão do CBHSF. Posteriormente ele dá início aos pontos de pauta.

2. A provação da memória da reunião DIREC realizada em 05/08/2021

A Sra. Rúbia Mansur, Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, apresenta a memória da reunião anterior e informa que o documento foi encaminhado também aos membros da gestão anterior. A gerente afirma

que não houve nenhuma contribuição por e-mail e, portanto, os presentes consideram a ata memória aprovada.

3. Informes:

- Relatório Auditoria ANA.

A Gerente de Integração faz uma breve explicação sobre o processo de auditoria feito pela ANA a fim de contextualizar os novos integrantes a respeito do tema. Ela explica que a auditoria abrange os processos de licitação, de dispensa, dentre outros e que, após análise desses processos, é feita a emissão de um relatório de recomendações para a Agência Delegatária. Nesse sentido, Rúbia Mansur expõe em tela o último relatório de auditoria emitido, informa que não há pontos comprometedores e que o documento será publicado no site e enviado por e-mail. Ao realizar a leitura do relatório, ela detalha os pontos analisados pelos auditores e o plano de trabalho. No primeiro ponto ela explica que para a auditoria não se pode contratar seguro de vida para os funcionários na APV, mas que a Diretora da Agência, Célia Fróes, está dialogando com a ANA a fim reverter essa decisão. Sobre o limite da execução, foi ressaltada a importância de se manter a execução dentro do limite estipulado de 7,5 e 9,5. Em seguida, ela faz a leitura dos pontos sobre previsão orçamentária, execução dos projetos e programas e sobre a baixa organização dos projetos, ponto que já está sendo trabalhado pelo Gerente de Projetos, Thiago Campos. Sobre a recomendação para implementação de temas estratégicos e atividades prioritárias dos Planos de Recursos Hídricos do SF, ela explica que já foi contratada uma nova funcionária que será responsável por acompanhar as metas de execução dos PRHs. No ponto a respeito da Fragilidade nos Termos de Referência, Rúbia Mansur esclarece que no caso avaliado a pessoa responsável por montar o processo deixou passar um erro simples material entre o termo de abertura e o processo. A fim de melhorar as fragilidades no processo licitatório, ela informa que foi criada na APV uma Comissão de Controle de Processos que irá avaliar os processos e identificar eventuais erros, a equipe receberá também um treinamento para melhor elaboração dos Termos de Referência. Outro ponto levantado foi a respeito da ordem cronológica dos processos, a auditoria solicitou a modificação na sequência dos documentos, solicitação que já foi colocada em execução pela APV. Rúbia Mansur informa que o Manual de Procedimentos de Fiscalização de Contrato está sendo mais bem trabalhado com o intuito de atender com mais eficiência o prazo mínimo no que tange as tratativas de renovação de contrato. A gerente explica que teve mudanças também na designação dos Gestores e Fiscais de Contratos, isto é, os fiscais não serão mais indicados nos contratos e sim em apostilamento. Além disso, a APV irá montar um documento padrão para anexar aos pagamentos feitos pelo financeiro e que já está sendo desenvolvido um manual de penalização dos contratados. Em continuidade, ela faz a leitura sobre as ressalvas a respeito da gestão patrimonial, dentre as orientações feitas pela auditoria está a mudança no que tange a guarda patrimonial. Por fim, Rúbia Mansur ressalta novamente que enviará o relatório por e-mail e passa para o próximo ponto dos informes.

- Observatório das Águas – Protocolo assinado (Resolução DIREC nº119, de 17 de maio de 2021)

Rúbia Mansur explica que o CBHSF assinou no ano atual um protocolo com o Órgão de Gestão das Águas, ela esclarece que na Resolução DIREC é a CTPPP que irá acompanhar o monitoramento dos indicadores de gestão do Comitê. Informa, portanto, que essa resolução será atualizada junto ao Ângelo e que essa gestão já irá começar a monitorar esse protocolo.

- Capacitação SIGA

Rúbia Mansur informa que haverá uma capacitação para utilização do SIGA por Câmara Consultiva regional – CCR sendo CCR Alto dia 26/10, CCR Médio dia 27/10, CCR Submédio 28/10 e CCR Baixo dia 29/10. Ela explica que serão 4 horas de capacitação, a ser aplicada pela empresa Ecoplan, a mesma que desenvolveu a plataforma. Além disso, informa que foi enviado para os membros um e-mail a respeito da participação de todos. A lista de participantes será enviada para empresa no dia 15/10 e todos os inscritos receberão por e-mail o link de acesso ao treinamento. Aproveitando o assunto, a gerente afirma que os representantes da

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA conversou com o presidente José Maciel para tratar a respeito da capacitação de Gestão de Conflito de Uso da Água. Rúbia Mansur esclarece que o curso será aplicado ao CBHSF sendo 70 vagas no total. O curso se iniciará dia 25/10 e será ministrado pelo Prof. Valmir Pedrosa. Com a palavra, o coordenador da CCR Baixo, Anivaldo Miranda, ressalta que é necessário se atentar ao relatório da AGU, ele explica que a CTPPP criou um grupo especial que elaborou um relatório o qual da nova gestão deve-se tomar conhecimento. Ele afirma também que o documento expõe a necessidade de se ter capacitações dos membros titulares e suplentes do comitê a respeito do tema. O coordenador acredita que a ANA pode ser um parceiro essencial para realização dessas capacitações. Sobre conflitos, Anivaldo Miranda relembra que é necessário se atentar ao lado jurídico e que a autonomia dos Comitês deve ser respeitada, inclusive no que se refere à resolução de conflitos, pois muitas vezes os estados invadem a competência do Comitê. Ele propõe que dentre as consultorias a serem recrutadas, seja feita a contratação de um serviço a fim de aclarar essa questão jurídica. Após a fala de Anivaldo Miranda, o assunto é finalizado.

- Simpósio ABRH 2021

Com a palavra, Rúbia Mansur explica que o CBHSF contratou algumas inscrições para participação de alguns integrantes no Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Ela explica que todas as inscrições são para participação online e que é necessário decidir como será feita a sua distribuição. Ela sugere que sejam oferecidas 4 inscrições para cada CCR e 3 para membros da DIREC, ou caso tenha mais interessados pode ser feito um sorteio. O presidente José Maciel afirma que muitos terão interesse e vê como mais viável a indicação de 4 pessoas por cada coordenador, inclusive por se tratar de uma inscrição cara em que é necessário ter certeza da responsabilidade do participante em comparecer. Os demais concordam com a posição do presidente e levanta a possibilidade de acrescentar inscrições presenciais para alguns membros da DIREC. Rúbia Mansur afirma que irá tentar negociar outras inscrições presenciais para o Sr. Altino Neto, Sr. Marcus Polignano e Sr. Almacks Luís. Em seguida, o Sr. Anivaldo Miranda afirma que o CBHSF está constantemente apoiando os eventos da ABRH e que é necessário sempre reivindicar mesas de debate com a presença do comitê ou temas a respeito do rio São Francisco, é preciso que as temáticas do CBHSF não fiquem de fora. Rúbia Mansur informa que conversou com a representante da ABRH a respeito dessa contrapartida. O Sr. Marcus Polignano faz algumas críticas à falta de transparência quanto à programação do simpósio e Rúbia Mansur explica que eles publicam a programação gradativamente.

- Grupos Whatsapp CBHSF

Tendo em vista que os novos grupos de whatsapp das CCRs já foram criados, Rúbia Mansur pergunta a respeito do que fazer com os grupos antigos das CCRs e CTs. Ela acrescenta que a CCR Alto decidiu pela extinção do grupo antigo. O Sr. Marcus Polignano opina dizendo que por se tratar de grupos institucionais ele acredita ser viável a extinção de todos os grupos antigos. Após discussões, todos concordam que os grupos devem ser extintos e as regras devem ser enviadas para os novos grupos.

- Formação das CTs

Em relação à formação das CTs a equipe discute sobre as indicações e a importância em mesclar o perfil dos participantes. A Gerente de Integração faz o compromisso de reforçar as indicações com as câmaras mais fracas e enviar a todos a nova data limite para indicação. Fica também acordado que as indicações serão selecionadas na próxima reunião. Outro ponto tratado é a respeito da Câmara Técnica CTCT. Sobre o assunto, o presidente José Maciel esclarece quais os perfis ideais para compor a câmara e a necessidade de não deixar algumas CTs vazias, ele também ressalta as regras para custeio dos membros do poder público. Rúbia Mansur afirma que a data limite para envio das indicações é até 17/10, a diretoria solicita que o prazo seja prorrogado até 31/10.

- Complementação CCRs

A respeito da complementação das CCRs, Rúbia Mansur afirma que na região do Baixo SF a questão do CBH Piauí já está resolvida, que no Alto, Médio e Submédio a APV recebeu poucas indicações e sugere prorrogação do prazo. Almacks Luís indaga o porquê o CBH de Sobradinho faz parte da CCR Submédio uma vez que os rios baianos de Sobradinho estão na região do Médio. Por isso pede que a questão seja revisada a fim de colocar o CBH de Sobradinho na CCR do Médio. Com a palavra, José Maciel explica que alguns pontos são tratados e instituídos pelo próprio Plano, mas que outros podem ser resolvidos administrativamente. Em seguida, Anivaldo Miranda afirma que isso já foi discutido e que as divisões feitas na bacia foram criadas para facilitar, não sendo, portanto, engessadas e impossíveis de serem modificadas. Segundo ele, não há dificuldade em resolver a questão de Paulo Afonso por parte do Submédio e o Baixo São Francisco. Para ele é até bom, pois nas questões de Paulo Afonso o Sr. Claudio Ademar será um convidado permanente para contribuir, e que é possível deixar como está e no que for necessário irão trabalhar em conjunto. Cláudio Ademar afirma que em sua visão a situação de Sobradinho deve permanecer na CCR do Médio São Francisco. Ednaldo Campos ainda reafirma a dificuldade de deslocamento quando se trata de reuniões a respeito de Sobradinho, e Marcus Polignano afirma que atualmente com as tecnologias existentes não há tanta necessidade de fazer reuniões presenciais, evitando assim esse deslocamento e possibilidade manter a divisão e conciliá-la com essa parte administrativa das regiões. Após discussões a respeito do tema, o presidente José Maciel reitera que não é preciso modificar as divisões da Bacia e que os projetos podem ser tratados de forma conjunta pelas regiões uma vez que as reuniões do CBHSF são todas públicas. Cláudio Ademar e Ednaldo Campos concordam, mas afirmam que apesar da participação ser pública, não há poder de voto. Após debates sobre o tema, a questão é encerrada.

- Política Vazões e crise hídrica

Com a palavra, Anivaldo Miranda faz uma contextualização a respeito da Sala de Crise criada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA em 2013 e explica que tal sala se transformou em um caso de sucesso para outras Bacias Hidrográficas. Nesse sentido, ele afirma que sempre insistiu na participação dos Coordenadores na Sala de Crise, pois segundo ele está muito claro que o setor elétrico não irá abrir mão do modelo vigente no país. Ele ainda explica que havia sido decidido pelo setor elétrico que seriam praticadas nos próximos meses vazões dois mil e quinhentos metros cúbicos por segundo, ou seja, calculava-se que Sobradinho chegasse em dezembro com 11%, o que é impossível. Porém, como estão prevendo chuvas para o fim de ano, pode ser que o setor não pratique tais políticas. Caso isso aconteça, pode ser que no próximo ano eles mudem de ideia. Nesse sentido, ele acredita que o Comitê deve investir parte dos recursos, juntar cabeças pensantes a fim de realizar uma proposta concreta da matriz energética, levar ao parlamento e mostrar que o sistema interligado nacional não pode sobrecarregar o rio São Francisco. Por fim, pede que todos acompanhem a Sala de Crise. Em seguida, José Maciel concorda com o que foi falado por Anivaldo Miranda e ressalta a importância em discutir a política de vazões e em seguida informa que irá enviar o link da sala de crise para os coordenadores participarem. O presidente também afirma que pretende firmar um GT no âmbito do comitê para tratar a temática e traduzir em uma linguagem de fácil compreensão para a população. Com a palavra, Marcus Polignano afirma que são narrativas distintas entre o CBHSF e ONS e que isso de fato deve ser socializado e repassado à população, o GT irá contribuir nesse sentido ao soltar *reports* quinzenais em linguagem popular.

- POA 2022

O presidente, José Maciel, afirma que para ganhar tempo, o ponto sobre o POA 2022 será tratado na apresentação do Gerente de Projeto Thiago Campos.

- Expedição Científica Médio-Submédio

Rúbia Mansur, antes de tratar o informe, traz à Diretoria uma situação a respeito da locação das embarcações para a Expedição Científica. Ela explica que a contabilidade constatou que parte do valor

acordado com o piloto da embarcação será tributado, e para não prejudicar o andamento do evento, pede para que seja aprovada uma Resolução aprovando um valor calculado pela contabilidade que complementa o patrocínio. Todos mostram estar de acordo com a proposta e Rúbia Mansur afirma que irá minutar a Resolução DIREC e publicará no site do CBHSF. Em seguida, com a palavra, Ednaldo Campos e Cláudio Ademar afirma que veem a Expedição com bons olhos e por isso Cláudio Ademar vê como importante a realização do trabalho nas outras regiões do São Francisco. Cláudio Ademar afirma que realizou uma reunião com o Prof. Emerson a fim de entender mais sobre a Expedição e que uma nova reunião em 8 de dezembro, em Salvador/BA, está sendo marcada a fim de criar um GT para planejamento da Expedição nas outras regiões. A equipe discute a respeito dos recursos a serem gastos e Célia Froes afirma que o planejamento é muito importante haja vista todos os detalhes a serem contratados e que possivelmente será difícil angariar patrocinadores. José Maciel afirma que deve levar-se em consideração a viabilidade em realizar a Expedição em mais duas regiões da Bacia no mesmo ano e afirma que de fato é a Expedição é muito positiva no que se refere o embasamento técnico-científico. Anivaldo Miranda afirma que a Expedição Científica não é do CBHSF, é da Academia, sendo que o CBHSF possui o papel de financiar aqueles que têm interesse em realizar tal trabalho no rio. Assim, ele sugere que faça um diálogo com os professores a fim de angariar pesquisadores interessados. A segunda recomendação é iniciar com os pés no chão, colocando uma temática importantes para a região a fim de dar uma diretriz à Expedição. Em terceiro lugar, ele afirma ser importante mobilizar parceiros que possam contribuir com recursos. Após discussões a respeito do tema, é sugerido que a Expedição seja feita também no Alto São Francisco. Rúbia Mansur, afirmar que é possível trabalhar de forma conjunta a fim de fazer esse trabalho científico em todas as regiões da Bacia, sugere o pessoal do Alto para formar um GT para organização da Expedição na região no entanto salienta a limitação dos recursos na rubrica, sendo que as expedições não podem contar somente com recursos do comitê, além do mais deve ser realizada uma expedição diagnóstico dentro da capacidade operacional e tempo disponível, pois para estruturar uma expedição leva em torno de 10 meses. Por fim, Cláudio Ademar sugere que na reunião do dia 8 de dezembro sejam convidados alguns pesquisadores para discutir mais a respeito da proposta e fica acordado que haverá previsão no POA para realização do evento.

4. Resolução DIREC que define o Procedimento Eleitoral Complementar (Conforme art. 28, IX do Regimento Interno)

Rúbia Mansur explica que no Regimento interno prevê que os membros da DIREC têm até 60 dias para abrir processo eleitoral complementar caso tenha alguma vacância. No caso desse processo tem-se uma vacância do titular e suplente dos cargos para Indústria e Mineração de Pernambuco. Caso não haja interessados, a Diretoria irá articular e apresentar indicações para a composição. Rúbia Mansur se compromete em dar andamento e finalizar a proposta da Resolução DIREC.

5. Resolução DIREC que define os representantes que terão suas despesas custeadas na forma do parágrafo 3º e 4º do artigo 23 do Regimento Interno do CBHSF

Rúbia Mansur contextualiza o Regimento Interno e o ponto de pauta e faz uma leitura rápida dos artigos a serem tratados. Rúbia afirma que indicou no documento o nome de todos que serão custeados e expõe a lista em tela para a Diretoria decidir quem será custeado ou não. Os membros discutem um por um e finalizam a lista de custeados, sendo a resolução aprovada.

6. Fluxo aprovação de logísticas

A respeito do ponto de pauta, Rúbia Mansur questiona sobre a autorização de viagem por parte do coordenador. Após discussões, José Maciel afirma que em reuniões regionais (assuntos de competência regional) a autorização do coordenador da CCR para realização da logística será suficiente, desde que bem

justificadas, não necessitando da autorização do presidente do Comitê. Nos demais casos será necessária a aprovação.

7. Apresentação do Relatório Parcial do Contrato de Gestão / Status custeio

Rúbia Mansur explica que o relatório é realizado anualmente, que é um comparativo dos indicadores previstos e do que foi realizado. Segundo ela, atualmente foi feito o relatório parcial até o mês de julho. Rúbia Mansur expõe em tela as metas do contrato de gestão e explica cada um dos indicadores. O primeiro, que é em relação ao nível de organização do planejamento anual de atividades, a APV apresentou um desempenho de 46,34%, o que está dentro do previsto. A gerente também esclarece que serão realizados webnários em substituição de alguns eventos, devido a pandemia. Em seguida, em relação ao indicador dois que trata o nível de atendimento aos encaminhamentos, Rúbia Mansur explica que a APV controla a execução da meta por meio de planilhas acompanhando. O indicador três sobre o índice de execução física das ações prioritizadas pelo CBHSF, Rúbia Mansur informa que a Matriz de prioridades está sendo construída e que será aprovada pelo Comitê na Plenária de dezembro. Para tal, fica acordado que será tratada na próxima DIREC. Já o indicador quatro que trata sobre o desembolso em ações finalísticas que diz respeito aos projetos, Thiago Campos e Berenice Santos detalham melhor sobre as ações finalísticas e explica que a porcentagem a ser executada até dezembro é 22 milhões, referente a 15%. Em seguida, é abordado o indicador cinco sobre o índice de desembolso total que segundo Rúbia Mansur é onde a parte de secretaria executiva se encaixa, sendo a meta de execução 18%. Em relação ao indicador seis, sobre a taxa de administração real da APV, a meta é 14%. Com a palavra, Berenice Santos explica sobre a meta, afirma que no ano passado os custos foram reduzidos em virtude da pandemia e explica como serão executadas as despesas aumentando o desempenho da agência. Em seguida, José Maciel esclarece a respeito de como chegaram à porcentagem para custeio da agência e sua execução no formato POA e PAP. A gerente de administração e finanças esclarece que quanto menor a taxa de administração, melhor será o desempenho e em seguida faz uma apresentação sobre a arrecadação da receita do CBHSF. Em seguida, discutem a respeito dos inadimplentes e sobre os que usam a água indevidamente na bacia, é sugerido uma reunião com a ANA e com órgãos de fiscalização a respeito do assunto já que a usurpação da água vem sendo um problema importante no âmbito da bacia. Marcus Polignano sugere a comunicação dar publicidade ao tema a fim de mobilizar a população a se atentar a respeito do problema. Por fim, é apresentado o último ponto dos indicadores que trata sobre o índice de cumprimento de recomendações da auditoria interna da ANA. A fim de atender a meta, a APV já cumpre 100% da meta e vem estabelecendo controles internos que visam aumentar sua eficiência. Rúbia Mansur afirma que o documento foi encaminhado à ANA e que em janeiro será produzido o relatório final. Em seguida, Thiago Campos realiza apresentação sobre o planejamento orçamentário anual e expõe em tela o SIGA São Francisco que é a plataforma de acompanhamento do planejamento. Com auxílio de Berenice Santos, cada valor de custeio é detalhado em tela e explica que agora as ações que são oriundas de projetos finalísticos podem ser custeadas pelo orçamento previsto para a ação dentro dos 92,5%.

8. Contextualização e apresentação Matriz de Prioridades – Indicador 3 do CG (pauta a ser tratada às 14h do dia 14/10)

Com a palavra, Thiago Campos faz uma apresentação sobre o indicador três do contrato de gestão. Ele explica o indicador e o que é previsto em cada ano. Ele esclarece que matriz de prioridades é um documento formal proposto pela entidade delegatária após articulação com o CBHSF e a ANA, considerando o

cronograma físico financeiro das metas a serem cumpridas nos anos 2 a 5. A tabela construída é exposta e cada etapa é explicada. Dentre as características das ações propostas na matriz estão as ações cuja capacidade de governança seja maior; cujo escopo seja mais facilmente praticável e cujo cronograma executivo não ultrapasse 12 meses. Em seguida, a equipe discute os projetos escolhidos como prioridade e Marcus Polignano realiza críticas ao nome “Matriz de Prioridades”. Após discussões, fica como encaminhamento o estudo do PAP, a reformulação e proposta de novo nome para o projeto por parte do Thiago Campos e apresentar na próxima plenária. Por fim, Marcus Polignano sugere a substituição do nome para “Projetos Prioritários para Avaliação de Eficácia de Gestão”.

9. Diretrizes para capacitação dos membros do CBHSF

A capacitação dos membros é uma das prioridades e Rubia Mansur explica que se tem como proposta desenvolver capacitações continuadas em 2022 e 2023 para os membros que são novos no CBHSF. Ela levanta possíveis temáticas para serem abordadas nesses eventos, e pede a diretoria propostas de temas. Ednaldo Campos pede para que os eventos sejam feitos em formato presencial. Com a palavra, Anivaldo Miranda ressalta ser muito importante capacitar os membros do comitê dando a eles uma maturidade a respeito dos conceitos básicos, que os cursos podem ser feitos de forma híbrida e que é possível até mesmo utilizar cursos já gravados pela ANA. Em seguida, José Maciel afirma que no âmbito do CBHSF pode ser feitas capacitações específicas e objetivas para contextualizar os membros a respeito da Bacia do São Francisco.

10. Apresentação dos projetos em andamento e previstos – Agência Peixe Vivo

Thiago Campos inicia a apresentação dos projetos executados pela Gerencia de Gestão. Ele inicia a abordagem dos projetos de trás para frente, sendo elas as sub ações 2.3.3.9, 2.3.3.8, 2.3.3.7, 2.3.3.6, 2.3.3.5, 2.3.3.4, 2.3.3.3, dentre outras. Nesse sentido, o gerente de projetos mostra o tanto que foi executado de cada projeto, o saldo e o percentual executado. Ednaldo Campos pede para que novas pessoas sejam contratadas para área de licitação e Célia Froes afirma que foi feito um processo de contratação recente, mas que como todos já sabem, a agência tem limitações de custeio. A respeito do assunto, a equipe discute sobre os atendimentos aos pequenos projetos e manual operativo. Marcus Polignano afirma que deve haver um esforço por parte da APV para transformar projetos em programas, pois evitaria licitar diversas empresas e a necessidade de fiscalizar tantos projetos. Em resposta, Thiago Campos afirma que a ANA solicitou um manual operativo para suprir tais gargalos. Marcus Polignano também sugere deixar publicitado os projetos de sucesso por meio de um *report* anual. Em seguida, Thiago Campos ao tratar da sub ação 1.8.5.2 afirma que o edital de chamamento já foi publicado duas vezes, mas não se obteve sucesso. Rúbia Mansur diz conhecer um consultor que pode se interessar pelo edital, e afirma que irá repassar o contato para Thiago. Posteriormente, Anivaldo Miranda sugere que a comunicação do CBHSF faça uma matéria a respeito da calha central mostrando que o comitê fez sua parte. Estando todos de acordo, Luiza Baggio fica incumbida de realizar a publicação.

11. Encaminhamentos CTs:

Relatório CTPPP – CGU 2021

Com a palavra, Rúbia Mansur afirma que o ponto foi colocado em pauta mais para conhecimento e explica que a última gestão solicitou à CTPPP a emissão de um parecer relacionado à análise de um parecer feito pelo CGU sobre os Comitês interestaduais. A câmara técnica produziu esse documento e um dos encaminhamentos é justamente a realização da capacitação.

Parecer GT Empreendimentos CTIL (Resolução DIREC/CBHSF nº116, de 19 de março de 2021)

A respeito desse ponto, Rúbia Mansur explica que a gestão anterior solicitou também que a CTIL fizesse um parecer relacionado ao papel do comitê na questão dos empreendimentos. Não deu tempo da gestão anterior ler o parecer e por isso ele será encaminhado agora por e-mail.

Encaminhamento GT Resolução ANA CTIL e APV

A gerente de integração explica a respeito do GT e o motivo de sua constituição e passa a palavra para a diretora Célia Fróes. A diretora contextualiza a respeito da Resolução ANA que trata sobre os empréstimos via instituição financeira. Ela explica que está sendo construído um manual em conjunto a fim de colocar a proposta em prática a partir do ano que vem.

Conflitos de Uso (Piaçabuçu e Grande)

Rúbia Mansur informa que o Conflito de Uso de Piaçabuçu foi encerrado pela Comissão Processante antes de se finalizar a gestão anterior. A comissão produziu um relatório final e nele encontram-se os encaminhamentos e que na próxima plenária será apresentado o documento e feito o termo de encerramento. Em seguida, com a palavra, Cláudio Ademar faz uma contextualização a respeito do conflito do Grande, ele esclarece que a pandemia foi um empecilho para finalização do conflito e por isso que o processo ainda está em andamento. Ele também explica que se descobriu que o conflito se estende para além da região do Grande (para outros municípios do Grande) e a sugestão foi que a próxima gestão institua nova comissão a fim de dar continuidade a resolução do conflito. Posteriormente, Altino Neto aproveita a oportunidade para esclarecer a respeito do desvio que a Prefeitura de Bom Despacho se propôs a fazer retirando água do rio São Francisco para o rio Picão. Ele explica que foi enviado um ofício para a Prefeitura de Bom Despacho, para a ANA e para o IGAM, mas que somente teve retorno dos dois primeiros.

12. Encaminhamento Plenária CBHSF – Criação da Câmara Técnica de Saneamento

A gerente de integração, Rúbia Mansur, afirma que o ponto de pauta foi uma sugestão do Márcio Pedrosa. O presidente, José Maciel, opina dizendo que a ideia é a criação de um GT para tratar os assuntos de Saneamento, não sendo necessária a criação de uma nova câmara técnica. Todos concordam com a proposta e Rúbia Mansur se compromete em minutar uma proposta de GT e enviará posteriormente à diretoria.

13. Encaminhamento relacionado ao debate Pacto pelas Águas (próximos passos)

A respeito do Pacto das Águas, José Maciel informa que irá tratar primeiro com Anivaldo Miranda para depois apresentar os próximos passos aos membros da Direc.

14. Assuntos Gerais


Rúbia Mansur e Célia Fróes explicam que a Agência Peixe Vivo possui materiais e equipamentos que já não são mais reutilizáveis, tais como cadeira quebrada, etc. Nesse sentido, a ideia da APV é doar esse material para uma instituição que ajuda pessoas carentes, mas para que isso seja feito o CBHSF precisa autorizar por meio de Deliberação. Todos afirmam estar de acordo, e, portanto, a Deliberação será feita *Ad Referendum*. Em seguida, Anivaldo Miranda pediu para que o edital de comunicação seja paralisado em virtude das recomendações feitas pela empresa de consultoria. Em resposta, José Maciel afirma que as questões levantadas por Anivaldo Miranda já foram abordadas com a empresa de comunicação e Rúbia Mansur informa que as sugestões da consultoria já foram levadas em consideração no TDR, informa ainda que este contou com a contribuição do Sr Anivaldo também. Após discussões, apesar de Anivaldo Miranda ser contra dar seguimento ao edital da forma que está publicado, a Diretoria decide por não paralisar ou cancelar o

edital. Sobre a próxima plenária, José Maciel afirma que será feita uma reunião por vídeo para tratarem a respeito. Por fim, Rúbia Mansur, alinha com cada coordenador os equipamentos necessários para trabalharem e afirma que irá repassar a gerencia responsável pela compra. Por fim, Cláudio Ademar apresenta propostas a respeito da implantação de um corredor ecológico no estado da Bahia a fim de aumentar a área de proteção ambiental para dificultar projetos nucleares na região. No mesmo sentido, Anivaldo Miranda sugere colocar a região como Patrimônio da Humanidade.


15. Encerramento

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do CBHSF, Sr. José Maciel, agradeceu a participação de todos encerrando a reunião às 13h00min.

Reunião realizada em formato híbrido – Belo Horizonte, 14 e 15 de outubro de 2021.



José Maciel Nunes de Oliveira
Presidente do CBHSF



Almacs Luiz Silva
Secretário do CBHSF

Abaixo quadro resumo dos encaminhamentos.

RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS

	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Enviar o link da sala de crise para os coordenadores	José Maciel	Continuado
02	Minutar a Resolução DIREC sobre complementação do patrocínio da Expedição Científica do Baixo SF e publicar no site do CBHSF	Rúbia Mansur	Imediato
03	Finalizar Resolução DIREC sobre Processo eleitoral complementar	Rúbia Mansur	Imediato
04	Minutar uma proposta de GT de Saneamento.	Rúbia Mansur e Thiago Campos	A realizar